

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2008:

Aos quinze dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão. Pelas quinze horas e dez minutos iniciou-se e teve lugar a primeira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2007

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2 – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO=RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E AVALIAÇÃO;

2.3 – PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO/FERNANDO MANUEL VARELA NUNES;

2.4 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO = PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS/APROVAÇÃO;

2.5 – ECOBEIRÃO – SOCIEDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO PLANALTO BEIRÃO, EEIM=PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS=APROVAÇÃO;

2.6 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO – RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E EXPLORAÇÃO DO SISTEMA/REVISÃO DE PREÇOS/PROPOSTA DE AUMENTO DE TAXAS = APROVAÇÃO.

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão os senhores deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre do Amaral, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Sandro Branquinho de Matos, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Guilherme Luís Leitão Castanheira, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia que tomaram assento nas bancadas que lhes estavam destinadas. Não esteve presente o Sr. Deputado Fernando Manuel Varela Nunes por ter pedido a suspensão do seu mandato por um período de 360 dias ao abrigo da alínea c), do n.º 3 do Art.º 52º do Regimento.

Os Senhores Deputados Lauro Figueiredo Gonçalves, Paulo Dirceu Domingues dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia compareceram na sessão com atraso, mas dentro do período previsto pelo n.º 2 do Art.º 38º do Regimento e não participaram na votação do ponto um da Ordem de Trabalhos.

O Sr. Presidente da Assembleia ao iniciar os trabalhos, saudou todos os presentes, especialmente o grupo de alunos da Escola Secundária de Santa Comba Dão participantes da acção “Deputados Eleitos à Sessão Escolar – Parlamento dos Jovens”, passando de seguida para o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um da Ordem de Trabalhos - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2007. Não se registando qualquer pedido de intervenção, passou-se para a votação sendo a acta aprovada por maioria, com 24 votos a favor e duas abstenções do Partido Socialista (Srs. Deputados César Branquinho e José Augusto Sousa que não estiveram presentes na sessão anterior).

Dada a palavra aos Srs. Deputados, a primeira intervenção foi feita pelo Sr. Deputado João Boto Martins, que começou por referir que se lhe tinha constado a venda de algum ferro velho pertencente à Câmara Municipal e que o produto dessa venda tinha servido para financiar uma merenda de alguns funcionários, não atribuindo grande importância pensando mesmo tratar-se de uma situação de má língua. Tinha a apresentar outra situação devido ao facto de ter tido conhecimento por outra pessoa que tinha sido visto um funcionário camarário a adquirir num estabelecimento produtos destinados à Câmara sem a necessária requisição, por outro lado assistiu à situação inversa em que viu um funcionário a apresentar a requisição na compra de produtos para

a Câmara. Disse ainda que lhe contaram que haveria troncos das árvores cortadas em terrenos particulares. Não tendo provas que tais situações correspondessem à verdade, perguntava o que realmente se passava.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que não tinha conhecimento da venda de qualquer ferro velho, mas que se o Sr. Deputado tivesse informações concretas, que as desse pois havia mecanismos na Câmara para actuar em conformidade. Em relação às requisições disse que realmente com o anterior executivo a situação se verificava, mas que agora era obrigatória a apresentação da requisição para adquirir os materiais destinados à Câmara Municipal. Foi mesmo feita uma circular para todas as casas comerciais avisando-as que apenas com a apresentação da requisição podiam fornecer os produtos, caso contrário os mesmo não seriam pagos. Em relação aos troncos das árvores cortadas, disse também desconhecer a situação, mas que os restos das árvores se destinavam a servir de lenha para aquecimento nas escolas primárias.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado José Rui Branquinho, que referiu a sua situação de deputado e Director Administrativo e Financeiro da empresa DIN, para focar um artigo publicado num jornal e assinado pela Comissão Política do Partido Socialista onde era referida a saída de Santa Comba Dão do laboratório da DIN para o parque industrial de Tondela, culpando por isso a Câmara Municipal. Solicitou que a Comissão Política do Partido Socialista clarificasse a notícia ou o Conselho de Administração da DIN responderia ao artigo, porque enquanto DIN não admitia que qualquer força política interferisse nas suas decisões e estratégias. Considerou a notícia como uma mentira.

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia, ao dar a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho, expressou em seu nome e de toda a Assembleia as sentidas condolências pelo recente falecimento do pai do Sr. Deputado, por quem tinha grande admiração.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado César Branquinho que focou a marcação da anterior sessão da Assembleia Municipal para um sábado, referindo que possivelmente haveria um acordo para que as sessões se realizassem nas últimas sextas-feiras do respectivo mês, salientando que se orientavam os compromissos pessoais para a sexta-feira já prevista. Referiu as obras do Largo da Câmara e Largo do Chafariz, perguntando como iriam ser pagas e expressou a sua dúvida sobre a necessidade da alteração que iria ser feita junto aos Bombeiros. Debruçou-se de seguida sobre o aumento da despesa com pessoal registada em 2006 que em relação a 2005 seria de 20% e não os 25%, apresentando os respectivos números. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara disse que estava a falar com seriedade e com o devido respeito. Focou a seguir o problema do desemprego, referindo-se a um artigo publicado no “Defesa da Beira”,

expressando que a diminuição da sua taxa se devia à criação de postos de trabalho nos concelhos vizinhos e não em Santa Comba Dão.

O Sr. Presidente da Assembleia, esclareceu o Sr. Deputado que sobre a marcação da data da sessão anterior da Assembleia Municipal, as explicações estavam expressas na respectiva acta.

Para responder às questões expostas foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que começou por referir que não se tinha rido do Sr. Deputado por quem tinha todo o respeito, mas que tinha achado graça pois não sabia a fonte de tais números e para total esclarecimento dos valores gastos com pessoal deu ao Sr. Deputado os números oficiais da Câmara que estavam muito longe dos 20% reclamados. Em relação à prioridade das obras disse que o Sr. Deputado teria todo o direito de estabelecer prioridades quando fosse poder, por agora quem estabelecia as prioridades era o executivo. Disse que o Sr. Deputado tinha todo o direito à crítica, como sempre teve e continuará a ter, mas não podia impor as suas prioridades aos outros. Em relação aos encargos já tinha informado que esta segunda fase, estava contemplada na parceria Público/Privada e portanto quem estava a pagar as obras eram os privados.

Pediui de seguida a palavra o Sr. Deputado José Machado, que considerou não ser verdade a notícia vinda no boletim do Partido Socialista ao referir que o actual Presidente da Câmara tinha desprezado as Freguesias. Disse já ter trabalhado como Presidente de Junta com 3 Presidentes de Câmara e nunca verificou tanta abertura e colaboração como agora. Considerou que não haveria qualquer Presidente de Junta que pudesse dizer que o actual Presidente da Câmara não tenha colaborado com as Juntas de Freguesia. Perguntou quando é que no anterior executivo havia reuniões com todos os Presidentes de Junta para se inteirarem das obras do concelho como acontece neste executivo, quando é que todos eram tratados por igual como acontece neste executivo, quando é que houve protocolos com as Juntas de Freguesia, salientando com todas, pois poderia ter havido com algumas para fazer obras, quando é que houve ajudas nos actuais valores às Freguesias como acontece neste executivo. Por isso não poderia ficar calado, considerando de pura mentira o conteúdo da notícia publicada no boletim do Partido Socialista. Desafiou os Srs. Presidentes de junta presentes a desmentir o que tinha afirmado. Considerou que nunca no concelho houve tanta centralização como no executivo anterior, originando que as Freguesias fossem fortemente prejudicadas em favorecimento da cidade. Focou casos concretos registados na Freguesia de Treixedo.

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo nº 2 do Art.º 19º do Regimento, passou-se ao ponto dois ponto um - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidenta da Câmara que fez a apresentação da sua informação através do sistema de PowerPoint de forma a que todos os munícipes presentes também tivessem conhecimento da informação. Para além dos pontos constantes da informação já distribuída aos Srs. Deputados, referiu que no próximo dia 29 de Fevereiro iria ser inaugurado o novo edifício destinado aos Serviços Técnicos com a presença do Sr. Secretário de Estado. Aproveitou a ocasião para convidar todos os presentes para assistir ao acto. Em relação a esta obra referiu a derrapagem no seu orçamento de cerca de 4,3% devido à necessidade do aumento da área intervencionada no espaço exterior do edifício, mas que em comparação com a derrapagem que ocorre normalmente em todas as obras públicas esta era insignificante. Referiu também que o próximo encerramento do SAP era irreversível, apesar das posições já tomadas pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal e tendo em conta a mudança ministerial, tentando-se agora que haja contrapartidas, como nos cuidados primários de saúde e na construção da extensão de saúde de S. João de Areias para 2009. No âmbito da Protecção Civil foi estabelecido um protocolo para a criação de Equipas de Intervenção Permanente constituídas por 5 elementos do corpo activo dos Bombeiros que estarão disponíveis 40 horas por semana para resolver problemas relacionados com a protecção civil sendo os seus custos assumidos pela Câmara em 50%. Focou o êxito da campanha de recolha de bens alimentares para famílias carenciadas realizada pelo Natal. Informou que a estrada Nagozela/Gândara (Tondela) tinha acabado de ser asfaltada, um projecto já com mais de dez anos presente nos orçamentos camarários. Esta obra foi feita através de um acordo com a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão no âmbito das contrapartidas da construção da rede de distribuição de água. No plano financeiro debruçou-se sobre os mapas já apresentados, reforçando a ideia de que só com receitas extraordinárias é possível equilibrar o orçamento. Referiu-se também às contas da COMBANIMA indicando a receita e a despesa e a actual dívida existente em resultado da compra do terreno destinado ao Centro Educativo de Santa Comba Dão. Em relação ao endividamento fez uma comparação com a aplicação da nova Lei das Finanças Locais aos anos de 2003, 2004 e 2005 para concluir que o mesmo tem vindo a aumentar todos os anos. Para terminar apresentou um pequeno vídeo de animação sobre o futuro Centro Educativo de Santa Comba Dão.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu de seguida a palavra aos Srs. Deputados, sendo a primeira intervenção feita pela Sra. Deputada Edite Cruz que questionou sobre o número de salas, áreas e outros espaços a construir naquele Centro. Questionou depois sobre a situação da localização dos Centros Educativos, uma vez que em relação ao do Norte já se tinha discutido a sua localização e a escolha do terreno, o mesmo não acontecendo em relação ao de Santa Comba Dão e ao do Sul. Em relação ao do Norte tinha sido dito que o local foi escolhido em virtude de uma centralidade, não

Ihe parecendo que em relação ao do Sul tivesse sido seguida a mesma estratégia. Gostaria de saber o motivo da escolha do local, até porque na opinião pública corriam informações que em nada abonavam a Câmara Municipal, assim para desfazer equívocos seria bom esclarecer o assunto. Solicitou depois ao Sr. Presidente da Câmara que tentasse procurar uma solução com vista à melhoria das condições climatéricas existentes no pavilhão onde funciona o Ensino Secundário na Escola Secundária de Santa Comba Dão pois o terceiro período será bastante longo, isto apesar de reconhecer que a questão não é da obrigação da Câmara.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, informou que o Centro teria dez salas e em relação às áreas seriam as que constavam da Carta Educativa. O Centro não iria ter piscina por indisponibilidade financeira, mas havia as piscinas municipais ao serviço do Ensino Básico. Sobre a aquisição dos terrenos disse não entender a questão, apesar de já estar habituado à má-língua não podendo aceitar a intenção de se levantarem suspeições apenas por pura maldade, lamentando que a oposição tenha sido fértil no levantamento destas suspeições. Seria bom que as pessoas que levantam as suspeições assumissem a sua posição, pois caso contrário tratar-se-á de cobardia o que ainda é pior. Sobre o assunto disse estar de consciência tranquila. Solicitou à Sra. Deputada que fosse mais concreta no assunto da aquisição dos terrenos, uma vez que o processo foi transparente e as escrituras existentes na Câmara podiam ser consultadas. Sobre a localização do Centro Educativo do Sul, a centralidade não obedecia só ao aspecto geográfico, mas também ao peso demográfico das freguesias, sendo o local definido também pela Carta Educativa. Sobre as condições do pavilhão do Ensino Secundário, apesar de não ser da competência da Câmara, iria procurar estudar uma solução, pois também se preocupava com o bem-estar dos alunos e professores.

De seguida solicitou a palavra a Sra. Deputada Carla Cunha, que procurou saber a proveniência da receita extraordinária, que considerou bastante avultada, mencionada na informação financeira.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara informou que aquela receita extraordinária provinha das rendas pagas pelas Águas do Planalto aos Municípios que fazem parte do subsistema de abastecimento de água e também o resultado do alargamento do prazo de concessão da exploração do abastecimento de água.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado João Boto Martins, que começou por se referir à afirmação do Sr. Presidente da Câmara sobre as suspeições levantadas pela oposição, esperando que não estivesse incluído na situação pois não tinha qualquer peso na consciência. Por outro lado solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que as informações adicionais apresentadas na Assembleia fizessem já parte das distribuídas aos Srs. Deputados para uma melhor análise. Em relação aos documentos distribuídos, chamou a atenção para dois pequenos lapsos: as datas a que os documentos se referiam e às obras dos muros da Rua Miguel Neves que já tinham sido referidas na

última Assembleia. Pediu esclarecimentos sobre a informação, de que por um lado a obra de recuperação e valorização do Bairro de Habitação Social estava anulada, mas por outro lado a informação de que está em elaboração um instrumento que regulariza a intervenção em habitações de agregados familiares carenciados, estando também referenciadas obras de reparação de casas degradadas de famílias carenciadas. Não pondo em causa esta actividade, gostaria de ser esclarecido sobre uma aparente contradição.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse já ter verificado a existência dos dois lapsos, mas que era o resultado da utilização informática em que por vezes não é feita a correcção dos textos anteriores. Sobre o caso das suspeições disse não ter especificado ninguém em especial, mas como se diz em português “quem enfiar a carapuça” e ao Sr. Deputado com certeza que não servia, agora a quem servir que a enfie, mas era isso que estava a acontecer e lamentava haver pessoas ligadas a esse tipo de maledicência e baixa política. Sobre a questão posta disse serem situações distintas, pois as obras no Bairro foram anuladas uma vez que agora é possível através do QREN recorrer a financiamentos para a obra. As reparações nas casas de agregados familiares carenciados são obras pontuais e que é necessário intervir para que haja alguma dignidade e em casos de grande sensibilidade.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado César Branquinho, que pediu esclarecimentos sobre o Estudo de Mobilidade Rodoviária de Santa Comba Dão referido na informação distribuída, sobre os transportes interurbanos, como está a situação do canil e a situação dos ecopontos. Referiu que a sua posição tinha que ser respeitada e que o Sr. Presidente da Câmara devia ter sensibilidade democrática para ouvir a oposição, sabia que as suas posições não contavam, mas solicitava que não houvesse respostas ríspidas e que devia haver tolerância democrática, repetiu saber que a opinião dele não contava mas estava ali por direito próprio e tinha que ser ouvido.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que a opinião do Sr. Deputado contava e muito, ao contrário das opiniões da oposição nas Assembleias de mandatos anteriores. Expressou a sua opinião de que e em relação às actuais as anteriores Assembleias eram bem diferentes, como já foi demasiadas vezes focado, agora podia-se contestar e perguntar à vontade. Quanto às prioridades respeitava a opinião do Sr. Deputado e pedia que a sua também fosse respeitada pois neste momento era ele que definia as prioridades, obviamente que ouvindo as diversas opiniões e respeitando-as mas a decisão final era dele. O ter sorrido não significava qualquer falta de respeito, conforme já tinha afirmado, continuava a respeitá-lo como pessoa, como profissional e como deputado. Quanto ao Estudo de Mobilidade era um estudo feito pela TRANSDEV que propunha uma rede de transportes rodoviários no concelho. Por ter grandes implicações financeiras tinha que ser muito ponderado mas estava a ser estudado e oportunamente seriam comunicadas as decisões tomadas sobre o assunto. Quanto aos

ecopontos disse que em resultado de um acordo com a CESPAs irá ser aumentado o número de ecopontos bem como o número de veículos de recolha de resíduos. Serão também colocadas três ilhas ecológicas no concelho, sendo uma delas colocada no arranjo que está a ser feito no Largo do Município. Explicou a seguir o que era uma ilha ecológica.

Pedi a seguir a palavra o Sr. Deputado José Augusto Sousa que contestou a afirmação do Sr. Presidente da Câmara pela opinião expressa sobre o funcionamento das Assembleias anteriores, até porque nunca tinha assistido às mesmas, dando a ideia que haveria a impossibilidade dos Srs. Deputados de qualquer das bancadas expressarem a sua opinião. Disse que o anterior Presidente da Câmara era abordado por vezes em situações que raiavam a falta de educação, acrescentando pensar que actualmente e da parte do Partido Socialista os assuntos eram abordados com frontalidade e com respeito, expondo as suas ideias, não querendo com isso impô-las. Aconselhou o Sr. Presidente da Câmara a ouvir as gravações das sessões para tirar conclusões. Achou estranha a ligeireza com que o Sr. Presidente da Câmara imputava uma situação a um passado com uma lei do presente e logo a seguir afirmava que o excesso de endividamento em 2006 derivava do facto da lei não estar em vigor. Mas conhecendo a lei que estava em vigor anteriormente fez aquilo que os dados à sua disposição lhe permitiam e bem, mesmo assim o endividamento em 2006 era superior a qualquer um dos anos anteriores, portanto a desculpabilização de que a lei era de 2007 e os factos eram de 2006 realmente não lhe imputavam alguma culpa e portanto por ali estavam conversados. Assim como pensava que o Sr. Presidente era futurologista não adivinhava a lei que iria sair amanhã, assim como em 2003 não se sabia a lei de 2007. O que é um facto é que com a lei em vigor o endividamento nunca foi ultrapassado, tendo-lhe em 2005 deixado a possibilidade de ainda fazer endividamento dentro da lei vigente. Terminou perguntando se era crime.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este reafirmou que apenas fez uma simulação da nova lei com os anos de 2002, 2003 e seguintes, por estar farto de ouvir sempre o mesmo discurso, sendo preciso assumir as responsabilidades vindas de trás. Continuou dizendo que se não tivesse herdado uma má situação financeira, se não tivesse recebido a Câmara com dívidas, as contas de 2006 não teriam ultrapassado o limite do endividamento. Eram factos e o Partido Socialista não podia estar constantemente a lançar o ónus de uma situação financeira para um determinado ano, solicitou que assumissem as suas responsabilidades em relação ao passado, como ele assumia e já tinha assumido as responsabilidades do presente. Considerou a lei como criminosa por ser de 2007 com efeitos retroactivos, portanto não podia cumprir uma lei de que não tinha conhecimento. A única coisa que quis demonstrar era que naqueles anos e havendo esta lei o endividamento teria sido violado. Reafirmou que se a Câmara lhe tivesse sido entregue com saldo zero, mesmo com alguns disparates que foram feitos

e já assumidos não se estaria nesta situação. Considerou terem sido cometidos erros ao longo destes anos todos em termos de endividamento e que hoje se estão a pagar porque entretanto chegou uma lei que teve efeitos retroactivos não só para 2006, pois não se podem separar contas de 2006 dos anos anteriores, uma vez que os saldos passam de uns anos para os outros. Era isso que gostava que entendessem, não era nenhuma ligeireza, mas sim um estudo profundo da situação financeira da Câmara que é grave, estando medidas a ser tomadas para que se ultrapasse a situação o mais brevemente possível, sendo ele o principal interessado, primeiro como Santacombadense e segundo como Presidente da Câmara.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Fernando Veloso que mostrou concordância com a ideia expressa pelo Sr. Presidente da Câmara sobre o modo como decorriam as Assembleias do mandato anterior, dando o exemplo de uma situação em que foi interveniente e onde após pedidos de esclarecimento sobre valores constantes da conta de gerência de 2001 e após promessa de resposta do Sr. Presidente da Câmara para a sessão seguinte, este se escusou a responder desculpando-se de que já tinha passado o período correspondendo à resposta apesar de ter sido recordado no início da sessão do que tinha assumido.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Pires que referiu o Código Civil como contendo um artigo que impedia a aplicação de leis com efeitos retroactivos, isto a propósito do empréstimo feito pela Câmara Municipal em 2006 e que a lei de 2007 veio penalizar. Focou também o assunto tratado anteriormente e referente às verbas distribuídas às Juntas de Freguesias, perguntando quais eram as regras que disciplinavam no anterior executivo a distribuição de verbas às Juntas de Freguesia? Continuou respondendo que essa distribuição era arbitrária. Recordou que durante oito anos andou a solicitar em todas as sessões informação sobre a situação financeira do Município, que nunca foi dada, tendo esta situação terminado nos tribunais com uma acusação que lhe foi dirigida e resolvida com um pedido de cancelamento do processo por parte do queixoso. Focou também que as actas das sessões do mandato anterior tratavam os assuntos de uma maneira insignificante.

Foi a seguir dada a palavra à Sra. Deputada Edite Cruz, que começou por reafirmar que estava ali a exercer funções para as quais tinha sido eleita, não tendo acusado o Sr. Presidente da Câmara de nada e que este até devia agradecer as informações que ali trazia, pois como tinha sido afirmado anteriormente aquele era o local próprio para apresentar os assuntos. Disse já ter sido ameaçada com a Polícia Judiciária, com o Tribunal e que não o acusava de nada, dando-lhe a oportunidade de se explicar. O que tinha querido dizer relativamente aos terrenos e era o que se dizia lá fora, não tinha ido investigar pois não essa a sua missão, era que um dos terrenos tinha sido adquirido a um familiar do Sr. Presidente da Câmara. Se calhar havia uma explicação lógica para o assunto e aquela era uma oportunidade para dar uma

explicação, havendo tantos terrenos no concelho, porquê logo aquele? Era o que perguntava. Terminou dizendo que já estava cansada com as justificações do passado e leu para reflexão uma frase de um político sobre as explicações do passado para justificar os erros do presente.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que não se desculpava com o passado, limitando-se a defender-se e a explicar porque se fala no endividamento e não se assume a responsabilidade do passado. Afirmou que a Sra. Deputada não se devia sentir ameaçada pois a única coisa que disse é que ele tinha o direito de se defender nos locais certos. Sobre o dono do terreno disse que gostava de saber quem era o seu familiar, pois não tinha nenhum que fosse proprietário de terrenos. Negou que tal facto fosse verdade e indicou os nomes dos proprietários a quem a Câmara tinha comprado terrenos. O que a Sra. Deputada não podia fazer era lançar suspeições para o ar e depois não concretizar.

O Sr. Presidente da Assembleia considerou que o assunto estaria encerrado com a afirmação do Sr. Presidente da Câmara dizendo que agora o próprio Partido Socialista estaria em condições de junto da opinião pública desmistificar a situação.

Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se para o ponto dois ponto dois - COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO=RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E AVALIAÇÃO. Não houve pedidos de intervenção pelo que a Assembleia tomou conhecimento do relatório através da documentação previamente distribuída aos Srs. Deputados.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três - PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO/FERNANDO MANUEL VARELA NUNES. O Sr. Presidente da Assembleia leu o pedido do Sr. Deputado. Não houve intervenção sendo o pedido aceite por unanimidade. Este Sr. Deputado será substituído na próxima sessão nos termos do Art.º 57º do Regimento.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO = PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS/APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação dizendo que a alteração resultava da obrigação imposta pela lei do Sector Empresarial Local e das Associações de Municípios. Haveria um prazo de dois anos para fazer a alteração que foi agora feita sendo este o último passo para a sua aprovação.

Pedi a palavra o Sr. Deputado João Boto Martins, que questionou o porquê da legislação ser de 2003 e só em 2008 se fazer a alteração dos estatutos. Focou também que estes estatutos não previam a divulgação da sua actividade como por exemplo a situação financeira.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara disse que mais uma vez não queria falar do passado pois só pertencia à associação a partir dos fins de 2005 e que entretanto tinha saído uma nova lei e era ao abrigo desta última que a alteração estava a ser feita.

Sobre a apresentação da situação financeira disse que com certeza se devia ao facto de ela apresentar uma situação péssima mas que neste momento já estaria melhor em virtude de um acordo com a empresa concessionária, a CESP. No entanto não seria obrigatória a apresentação destes resultados. Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto dois ponto cinco - ECOBEIRÃO – SOCIEDADE DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SÓLIDOS DO PLANALTO BEIRÃO, EEIM=PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS=APROVAÇÃO. O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação deste ponto dizendo ser idêntico ao anterior e que a Câmara Municipal participava nesta empresa de duas formas: uma através da Associação de Municípios e outra através de uma quota própria. Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por unanimidade.

Seguiu-se depois para o ponto dois ponto seis - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO – RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E EXPLORAÇÃO DO SISTEMA/REVISÃO DE PREÇOS/PROPOSTA DE AUMENTO DE TAXAS = APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este justificou o pedido de aumento de taxas em virtude do aumento dos custos e de que a participação dos munícipes não chegava a pagar metade do custo do serviço, sendo o resto pago pelos municípios, isto apesar das taxas pagas serem das mais baixas do país. Nunca será atingido o princípio do poluidor/pagador porque as taxas cobradas serão sempre abaixo do valor real dos custos.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que recordou o seu ponto de vista já expresso na última sessão, considerando não ser justa a taxa pois tanto pagava o que fazia muito lixo como o que fazia pouco. Também não defendia que a Câmara pagasse o diferencial entre o que é cobrado e o que realmente paga pelo serviço prestado. Sugeriu que a Empresa procurasse meios de receita em resultado da sua actividade, de forma a que aumentos futuros não fossem muito significativos.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara informou que a Câmara não podia substituir-se ao munícipe ao pagar o diferencial. A Associação de Municípios tem já construída e prestes a iniciar funções uma Central de Valorização Orgânica para a produção de energia eléctrica sendo parte da receita para a empresa de recolha e outra parte para a Associação. Outras situações como a de fertilizantes só se poderiam colocar depois da entrada em funcionamento desta Central, pois actualmente todo o lixo é colocado em aterro à excepção do que é reciclado.

Não havendo mais intervenções, passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por maioria, com vinte votos a favor (15 da Coligação e 5 do Partido Socialista) e 9 abstenções (1 da Coligação – Sr. Deputado António Varela Gomes e 8 do

Partido Socialista – Srs. Deputados João Boto Martins, César Branquinho, José Augusto Sousa, Edite Cruz, Nuno João Pereira, Isabel Cruz, Paulo Dirceu Santos e Carla Cunha).

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta da sessão, que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

A primeira intervenção foi feita pela Sra. D. Esmeralda Rocha Antas de Vila Pouca, que começou por manifestar o seu agrado sobre a forma de funcionamento da Assembleia. Focou a sua intervenção sobre um trabalho jornalístico que não era recente e que tinha a ver com assuntos tratados no início da sessão, a análise do que se passou no passado que por vezes tem as suas virtudes e ensinamentos comparando a situação com um jogo de ténis em que há bolas que são para deixar cair, outras que são de evitar e outras que não merecem ser devolvidas, havendo outras em que é preciso saber receber e saber devolver. Focou ainda a situação de controlo referida pelo Sr. Presidente da Câmara no que diz respeito à obrigatoriedade de haver requisições para os materiais a adquirir pela Câmara Municipal. A falta deste controlo era um exemplar erro do passado que ninguém queria ver repetido.

Seguiu-se a intervenção da Sra. D. Maria Ivone Pires do Chamadouro, que apresentou a situação de lhe terem colocado uma ETAR num terreno seu contra a promessa de lhe pagarem duzentos e cinquenta euros, o que até agora não tinha acontecido. Tendo-lhe sido perguntado sobre a data em que ocorreu a situação, disse que tinha sido há cerca de quatro anos e na gerência anterior.

O Sr. Presidente da Assembleia tranquilizou a munícipe dizendo que iria solicitar que o assunto fosse resolvido. O Sr. Presidente da Câmara disse que estava a tomar conhecimento do problema na altura, não tendo qualquer informação do mesmo e lamentando a ocorrência por uma importância tão pequena.

Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Assembleia deu a sessão por terminada pelas dezassete horas e dez minutos e dela se lavrou a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa. Aproveitou para convidar os jovens presentes a no futuro participarem nas sessões da Assembleia Municipal.